



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004535-47.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Aidar & Vasconcelos Ltda Epp**
 Embargado: **Ho Comunicação Visual Eireli Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Aidar & Vasconcelos Ltda EPP opõe embargos à execução que lhe move HO Comunicação Visual Eireli – ME. Sustenta a carência da ação executiva e, no mérito, a insubstância do crédito ou, subsidiariamente, o excesso de execução.

Os embargos foram recebidos sem efeito suspensivo, fls. 84.

Impugnação da embargada às fls. 104/117.

É o relatório. Decido.

Julgo os embargos imediatamente, na forma do art. 920, II c/c art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Os cheques revestem-se de todos os requisitos para que se reconheça possuírem os atributos da certeza e liquidez.

Afastam-se os argumentos de natureza processual da embargante.

A execução, pp. 47-51, está fundada em dois cheques, mas, ao contrário do alegado pela embargada, a cognição judicial é ampla e admite-se a investigação da causa

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

subjacente, porquanto os cheques foram emitidos em consequência de contrato celebrado entre as partes, quer dizer, a embargada não é, aqui, terceiro de boa-fé, e sim um dos contratantes.

Os cheques foram emitidos em cumprimento a contrato de prestação de serviços, cujo instrumento contratual está às fls. 26, celebrado em 20.11, tendo como objeto a fabricação e instalação, nas dependências da embargante, de 2 jogos em letra caixa com "led" e 1 jogo em letra caixa para fachada.

Segundo se vê naquele documento, o preço contratado foi R\$ 8.690,00, com uma entrada e um pagamento em 30 dias.

A entrada de R\$ 4.345,00 foi paga por cheque de R\$ 4.345,00 - metade do preço - que foi regularmente compensado em 23.11 conforme fls. 28 e 30.

A embargada cobra dois outros cheques, um no valor de R\$ 4.345,00, para pagamento em 20.12, fls. 66 (foi emitido com o beneficiário em branco, tendo a embargada preenchido em nome de terceira empresa, que, malograda a compensação bancária, devolveu-o à embargada), outro no valor de R\$ 4.350,00, para pagamento em 30.12, fls. 64.

O cheque de fls. 66, como é incontroverso, refere-se ao pagamento da segunda metade do preço, para 30 dias, conforme instrumento de fls. 26.

As partes divergem, entretanto, inicialmente, no que diz com o cheque de fls. 64.

Segundo a embargante, esse cheque foi dado em substituição ao de fls. 66, porque a embargada, em visita efetivada no estabelecimento da embargante aos 18.12, teria pedido um prazo adicional para a instalação das placas, vez que o prazo inicialmente convencionado seria 20.12, entretanto necessitaria de mais 10 dias, encerrando novo prazo para 30.12. O embargante não teria recolhido o primeiro cheque vez que havia sido passado a terceiros.

A tese do embargante foi negada pela embargada, a qual sustenta que o segundo cheque é fruto de, na visita do dia 18.12, a embargante ter alterado o tamanho das letras caixa para 5 metros lineares, ao invés de 1 metro, que é o padrão, ensejando uma diferença monetária de R\$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

4.350,00, que justificou a emissão do cheque para 30/12/2015.

A razão haverá de ser reconhecida à embargante.

Isto porque, em primeiro lugar, o contrato de fls. 26 não especifica o tamanho das letras caixa, de modo que cabia à embargada comprovar, por documentos, que o usual nesses contratos é a letra caixa tamanho 1, como alega – e não comprova nem demonstra – em impugnação; ou que houve, em si mesma, a alteração.

Sem tal prova ou demonstração da embargada, a conclusão a que se chega é que não houve ampliação no objeto do contrato, que justifique a emissão do novo cheque, vez que o que foi fabricado e instalado corresponde exatamente ao que é indicado como objeto da avença, no instrumento contratual de fls. 26.

Tenha-se em conta, a propósito, que se o contrato foi feito por escrito, o natural é que alteração significativa como essa (aumento de 05 vezes no tamanho) também estivesse documentado, de alguma maneira.

Não fosse o suficiente, em segundo lugar um argumento apresentado pela embargada em impugnação acaba por desfavorecê-la.

Na impugnação, diz a embargada que o valor dos cheques é diferente, o que demonstra terem fundamentos diversos, não vindo um em substituição a outro.

Ocorre que, com as vênias merecidas, um cheque tem o valor de R\$ 4.345,00, o outro de apenas R\$ 5,00 a mais, R\$ 4.350,00, sendo a diferença tão pequena que mais nos mostra a equivalência da causa debendi do que a disparidade.

Mesmo porque, convém salientar, não veio aos autos explicação alguma, em termos de preços praticados no mercado, para justificar que o aumento da fonte do tamanho 1 para o tamanho 5 geraria um débito praticamente igual ao do segundo cheque.

Em terceiro lugar, observe-se ainda que, segundo a impugnação, foi no dia 18.12 que houve a alteração no tamanho das fontes, o que, do ponto de vista cronológico, não é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

verossímil, porquanto o contrato foi celebrado no dia 20.11 para entrega em 30 dias úteis, donde se conclui que, em 18.12, certamente as fontes, no tamanho contratado, já teriam sido fabricadas.

A tese da embargante, portanto, está suficientemente demonstrada, e alia-se à falha argumentação e ausência de provas, por parte da embargada, a propósito do por si alegado, vez que não veio aos autos prova amparando a cobrança – lembrando, novamente, que entre credor e devedor cabe discussão ampla sobre a causa subjacente.

Superada essa questão, ou seja, reconhecido o excesso de execução, há que se rejeitar, por outro lado, a argumentação da embargante de que o serviço não teria sido concluído ou teria sido concluído com defeitos que afastariam a cobrança do terceiro cheque, que veio em substituição do segundo.

Quanto à afirmação da embargante de que a instalação elétrica para o acionamento dos LEDs não foi realizada pela embargada, e sim por si, falta prova do alegado, o que, como bem exposto em impugnação, poderia se dar por recibo, nota fiscal, orçamento de materiais, fotografias, etc.

A alegação de defeito na pintura resta infirmada pelas fotografias, vg. fls. 38, que mostram a ausência de tal defeito, indicando que o problema de fls. 40/41 foi solucionado.

Ante o exposto, ACOLHO EM PARTE os embargos para excluir do objeto da execução o cheque no valor de R\$ 4.345,00, mantendo o de R\$ 4.350,00.

Sem condenação de qualquer das partes nas penas de litigância de má-fé, porquanto a solução se dá com base na prova apresentada, sem que se possa afirmar, de modo seguro, a má-fé de uma ou outra.

Ante a sucumbência parcial, cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais relativas aos embargos.

Quanto aos honorários, o CPC/15 eliminou a possibilidade de compensação em caso de sucumbência parcial. Por tal motivo, cada parte pagará ao advogado da outra honorários



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

arbitrados, por equidade, em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 29 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**